

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANDEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSE VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTISSIMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALSUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A história oficial

estadaodigital#wsmuniz30@gmail.com



Iniciativa digital para construção do Museu da Democracia reafirma vício do governo de Lula da Silva em pensar a história segundo sua noção particular de memória, verdade e justiça

Nesta esteira do aniversário de primeiro ano do fatídico dia em que golpistas tentaram levar o caos à Praça dos Três Poderes para deflagrar uma ruptura institucional, o governo anunciou a criação de um “Museu da Democracia”, instituição destinada a oferecer um “olhar abrangente sobre a história da democracia”. Segundo se soube, serão usados R\$ 40 milhões para as obras do museu, com previsão de conclusão para 2027, com sede em Brasília. Até lá, uma iniciativa do Ministério da Cultura

do Instituto Brasileiro de Museus acolherá contribuições diversas num espaço digital.

Não fosse a explícita tentativa lulopetista de apropriar-se do 8 de Janeiro e converter a data em louvor ao presidente Lula da Silva e ao PT, o objetivo declarado até soaria louvável: criar um repositório digital para a “construção coletiva” de um museu destinado a contar a trajetória da democracia no Brasil.

Ocorre que estamos falando de um governo petista e de um DNA vocacionado a reescrever a história segundo a

própria noção de memória, verdade e justiça. Além da defesa do protagonismo de Lula da Silva na resistência contra os atos – ignorando-se o fato de que a democracia resistiu por um esforço coletivo das instituições nacionais contra delírios golpistas –, a iniciativa exhibe cores bem evidentes de partidarismo e viés. No repositório digital lançado pelo governo, que pode ser visto no link <https://democracia.museus.gov.br>, há diversos projetos de memória “voltados à compreensão das questões contemporâneas da democracia brasileira” que só estão ali porque foram chancelados por curadores governamentais. Uma chancela fartamente tendenciosa.

Um desses exemplos é especialmente eloquente na revelação da providencial mistura entre Estado e governo ou entre a discussão e a difusão da história e certo revisionismo em benefício próprio: o chamado “Museu da Lava Jato”. Iniciativa de um grupo de juristas, jornalistas e historiadores “sobre a operação que passou de uma iniciativa de grande apelo popular para um grande escândalo internacional a partir do conluio entre procuradores e magistrado”, o tal “Museu da Lava Jato” ataca o “viés político” da operação e menciona a “perseguição” à esquerda, sobretudo ao PT. Também reúne acervo jurídico e jornalístico sobre a operação, além de um núcleo de pesquisa de *lawfare*, isto é, a manipulação de leis e procedimentos legais para perseguir adversários – exatamente a acusação que os petistas faziam sistematicamente contra a Lava Jato.

O repositório digital abriga ainda o Memorial da Democracia, museu virtual do Instituto Lula para “o resgate da memória das lutas de nosso povo pela democracia, pela igualdade e pela justiça social”. Neste caso, previsivelmente, “povo e Lula” e “democracia e PT” são categorias que se fundem deliberadamente. Na linha do tempo com que o projeto apresenta capítulos de “defesa da democracia”, vê-se que greves de sindicatos e ações do MST ocupam mais espaço que avanços institucionais. Que o Plano Real venceu a batalha contra a inflação e estabilizou a moeda, “mas o país paga um preço alto” (seja lá o que isso signifique). Que o governo de Fernando Henrique “intimidou trabalhadores” que se mobilizaram contra privatizações. E que o Brasil “se reencontra na posse de Lula...”.

Foi buscando reescrever a história que o então presidente Jair Bolsonaro patrocinou iniciativas destinadas a recontar o regime instaurado em 1964 e o papel dos militares – incluindo a negação de que o regime militar tenha sido uma ditadura, a celebração do golpe e a tentativa de criminalização das comissões nacionais da verdade instaladas no País. O ex-capitão pregou a desconstrução da história e das instituições para dar legitimidade a seus delírios antidemocráticos. Já Lula da Silva parece se empenhar em ser reconhecido como o maior brasileiro da história, de quem o País é devedor. De um jeito ou de outro, para líderes messiânicos como Lula e Bolsonaro, a história é sempre subsidiária de um projeto autoritário de poder. ●

O conselho do TCU ao governo

Análise da corte expõe fragilidades do Orçamento e aponta inconsistências estruturais do arcabouço fiscal para cumprir objetivo de conter trajetória de crescimento da dívida pública

O Tribunal de Contas da União (TCU) avaliou as receitas e despesas do Orçamento deste ano e calculou que, na melhor das hipóteses, o governo conseguirá alcançar um déficit primário de R\$ 55,3 bilhões. De acordo com a Corte de Contas, a peça conta com receitas muito otimistas e estimativas de economia de despesas que não parecem viáveis. Para cumprir a meta de zerar o déficit neste ano, portanto, o governo teria de contingenciar gastos acima do limite de R\$ 23 bilhões.

Questionada, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que sua pasta elaborou o Orçamento com base nas projeções de receitas apresentadas pelo Ministério da Fazenda em julho do ano passado – cálculos que foram checa-

dos e considerados plausíveis pelos técnicos. Já o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o Orçamento está equilibrado e manifestou confiança de que o governo vai conseguir cumprir a meta.

Independentemente do discurso oficial do governo, o relatório do TCU, aprovado pelo plenário de ministros nesta semana, traz detalhes que mostram que o ceticismo generalizado dos analistas em torno da meta não tem nada de desarrazoado.

Para este ano, o governo espera uma arrecadação da ordem de 19,2% do Produto Interno Bruto (PIB), um patamar muito acima do observado nos últimos anos. No ano passado, as receitas atingiram cerca de 17,8% do PIB. Para ter uma ideia do tamanho do otimismo do governo, desde 1997 somente uma vez as re-

ceitas superaram essa marca e atingiram 20,2% do PIB – e isso no ano de 2010, quando a economia crescia a 7,5%.

Os problemas do Orçamento vão muito além da renúncia com a desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia, que ensejou a edição de uma desastrosa medida provisória após a derrubada do veto presidencial pelo Congresso. Há também incertezas sobre a metodologia que o governo usou para estimar a arrecadação que terá com a tributação dos fundos de alta renda, uma vez que o projeto original sofreu alterações ao ser aprovado pelo Legislativo.

Não se sabe como o Executivo pretende economizar R\$ 12,5 bilhões na revisão de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mesmo porque há um estoque de mais de 1 milhão de pedidos de aposentadoria a serem analisados. De forma elegante, o TCU disse apenas que não foi possível chegar a conclusões sobre “a viabilidade, a razoabilidade e a factibilidade do valor estimado” – que, tudo indica, não passa de delírio.

A principal preocupação do TCU, no entanto, diz respeito aos pilares do próprio arcabouço fiscal. Para o tribunal, o governo terá necessariamente de rever para baixo o aumento das despesas primárias se quiser garantir a sustentabilidade da dívida líquida do setor público nos próximos dez anos.

O atingimento das metas, afinal, não é o objetivo final do arcabouço, mas um instrumento para conter a curva de crescimento da dívida e conduzi-la à estabilidade – e, se isso não acontecer ainda que as metas sejam atingidas, é porque há um problema estrutural na concepção do arcabouço.

A análise do tribunal também deixa claro o quanto as convicções perdulárias do presidente Lula da Silva e da maioria dos membros de seu partido são contraproducentes. Adotar uma política fiscal mais austera não é um objetivo em si mesmo, mas a melhor maneira de contribuir para o controle da inflação, para a redução dos juros e para o crescimento sustentável da economia.

“O reiterado desequilíbrio das contas públicas e o consequente crescimento/descontrole da dívida se revertem em pressão inflacionária e na necessidade de manutenção de patamar elevado de taxa de juros reais, fatores que constituem elevado ônus para a sociedade como um todo e, em especial, para as classes menos favorecidas”, afirmou o TCU.

Na ansia de promover o crescimento a qualquer custo, mesmo que efêmero, parte do governo se opõe a qualquer iniciativa que promova um controle mínimo de gastos e trabalha para desditar um arcabouço que já nasceu frouxo. Ao fim e ao cabo, boicotam a si mesmos. ●